

# EDITAL VERTICALIZADO

**MP-CE - ANALISTA  
MINISTERIAL - DIREITO**



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará



**A CASA DO  
SIMULADO**

# CONCURSO DE MP-CE

## CARGO: ANALISTA MINISTERIAL - DIREITO

### INFORMAÇÕES GERAIS

---

**DATA DE REALIZAÇÃO DE CERTAME:** 08/03/2020 (MANHÃ).

**BANCA:** CEBRASPE.

**DURAÇÃO:** 4h30.

**FASES DO CONCURSO:**

1. Provas objetivas de caráter eliminatório e classificatório;
2. Prova discursiva de caráter eliminatório e classificatório;
3. Avaliação de títulos de caráter classificatório;

### PROVA OBJETIVA

---

**NÚMERO DE QUESTÕES:** 120 - Estilo de certo ou errado.

- 50 questões de Conhecimentos Básicos;
- 70 questões de Conhecimentos Específicos.

**PONTUAÇÃO:** 120 pontos.

### PROVA DISCURSIVA

---

*A Prova Discursiva consistirá da redação de texto dissertativo a respeito de temas da atualidade.*

*A prova discursiva avaliará o conteúdo (conhecimento do tema) a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa. O candidato deverá produzir, conforme o comando formulado pela banca examinadora, texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão.*

**PONTUAÇÃO:** 30 pontos.

#### LIMITES DE LINHAS

- **MÍNIMO:** 20 linhas.
- **MÁXIMO:** 30 linhas.

## CRITÉRIO DE CORREÇÃO

*A prova discursiva de cada candidato será submetida a duas avaliações: uma avaliação de conteúdo e uma avaliação do domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.*

*A prova discursiva será corrigida conforme os critérios a seguir.*

- a) a apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC), cuja pontuação máxima será limitada ao valor de 30,00 pontos; 20
- b) a avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE) do candidato, considerando-se aspectos tais como: grafia, morfossintaxe, pontuação e propriedade vocabular;
- c) será computado o número total de linhas (TL) efetivamente escritas pelo candidato;
- d) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecida no subitem 10.1 deste edital;
- e) será calculada, então, para cada candidato, a nota na prova discursiva (NPD), como sendo  $NPD = NC - 6 \times NE \div TL$ ;
- f) se  $NPD < 0$ , então  $NPD = 0$ .

### OBSERVAÇÕES:

- Será apenada a dissertação que desobedecer à extensão mínima de linhas, **deduzindo-se, da pontuação atribuída, 0,20 ponto de cada linha que faltar para atingir o mínimo exigido.**
- Nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota na prova discursiva igual a zero.
- O candidato que não se enquadrar no subitem 10.7.6 do edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.
- Será anulada a prova discursiva do candidato que não devolver sua folha de texto definitivo.
- O candidato que se enquadrar no subitem 10.7.7 do edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.
- Será aprovado na prova discursiva o candidato que obtiver **NPD ≥ 15,00 pontos.**
- O texto definitivo da prova discursiva deverá ser manuscrito, em letra legível, **com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente**, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por aplicador especializado do Cebraspe 19 devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto – o qual será gravado em áudio – especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- A folha de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova discursiva. Assim, a detecção

de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova discursiva.

- A folha de texto definitivo será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho do caderno de provas é de preenchimento facultativo e não é válida para a avaliação da prova discursiva
- A folha de texto definitivo não será substituída por motivo de erro do candidato em seu no preenchimento.

# LÍNGUA PORTUGUESA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.					
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.					
3 Domínio da ortografia oficial.					
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.					
4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.					
4.2 Emprego de tempos e modos verbais.					
5 Domínio da estrutura morfossintática do período.					
5.1 Emprego das classes de palavras.					
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.					
5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.					
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.					
5.5 Concordância verbal e nominal.					
5.6 Regência verbal e nominal.					
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.					
5.8 Colocação dos pronomes átonos.					
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.					
6.1 Significação das palavras.					
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.					
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.					
6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.					
7 Noções básicas de redação oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República).					
7.1 Finalidade dos expedientes oficiais (ofício, memorando, ata, relatório, parecer).					
7.2 Adequação da linguagem ao tipo de documento.					
7.3 Adequação do formato do texto ao gênero.					

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Constituição do Estado do Ceará.					
2 Lei nº 9.826/1974 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).					
3 Lei Complementar nº 72/2008 e suas alterações (Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará).					
4 Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público).					
5 Lei nº 14.043/2007 (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará).					

## ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Ética e moral.					
2 Ética, princípios e valores.					
3 Ética e democracia: exercício da cidadania.					
4 Ética e função pública.					
5 Ética no setor público.					
6 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.					
6.1 Disposições gerais.					
6.2 Atos de improbidade administrativa.					

## ATUALIDADES (SOMENTE PARA A PROVA DISCURSIVA)

TÓPICOS	LEITURA	ORGANIZAÇÃO DAS IDEIAS	RASCUNHO	FOLHA DEFINITIVA	REVISÃO
1 Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas.					

# DIREITO ADMINISTRATIVO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Estado, governo e administração pública.</b>					
<b>1.1 Conceitos.</b>					
<b>2 Direito administrativo.</b>					
<b>2.1 Conceito.</b>					
<b>2.2 Objeto.</b>					
<b>2.3 Fontes.</b>					
<b>3 Ato administrativo.</b>					
<b>3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.</b>					
<b>3.2 Extinção do ato administrativo.</b>					
<b>3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação.</b>					
<b>3.3 Decadência administrativa.</b>					
<b>4 Agentes públicos.</b>					
<b>4.1 Conceito.</b>					
<b>4.2 Espécies.</b>					
<b>4.3 Cargo, emprego e função pública.</b>					
<b>4.3.1 Provimento.</b>					
<b>4.3.2 Vacância.</b>					
<b>4.3.3 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.</b>					
<b>4.4 Remuneração.</b>					
<b>4.5 Direitos e deveres.</b>					
<b>4.6 Responsabilidade.</b>					
<b>4.7 Processo administrativo disciplinar.</b>					
<b>4.8 Disposições constitucionais aplicáveis.</b>					
<b>5 Poderes da administração pública.</b>					
<b>5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.</b>					

<b>5.2 Uso e abuso de poder.</b>					
<b>6 Regime jurídico-administrativo.</b>					
<b>6.1 Conceito.</b>					
<b>6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.</b>					
<b>7 Responsabilidade civil do Estado.</b>					
<b>7.1 Evolução histórica.</b>					
<b>7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.</b>					
<b>7.3 Responsabilidade por omissão do Estado.</b>					
<b>7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.</b>					
<b>7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.</b>					
<b>7.6 Reparação do dano.</b>					
<b>7.7 Direito de regresso.</b>					
<b>8 Serviços públicos.</b>					
<b>8.1 Conceito.</b>					
<b>8.2 Elementos constitutivos.</b>					
<b>8.3 Formas de prestação e meios de execução.</b>					
<b>8.4 Delegação.</b>					
<b>8.4.1 Concessão, permissão e autorização.</b>					
<b>8.5 Classificação.</b>					
<b>8.6 Princípios.</b>					
<b>9 Organização administrativa.</b>					
<b>9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.</b>					
<b>9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor.</b>					
<b>9.2.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.</b>					
<b>10 Controle da administração pública.</b>					
<b>10.1 Controle exercido pela administração pública.</b>					
<b>10.2 Controle judicial.</b>					
<b>10.3 Controle legislativo.</b>					
<b>10.4 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa).</b>					
<b>11 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo).</b>					

<b>12 Licitações e contratos administrativos.</b>					
<b>12.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.</b>					
<b>12.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.</b>					
<b>12.3 Lei nº 12.846/2013 e suas alterações. Bens públicos. Regime jurídico. Aquisição e alienação. Formas de utilização por particulares. Intervenção do Estado na propriedade.</b>					

## DIREITO CONSTITUCIONAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Aplicabilidade das normas constitucionais.</b>					
<b>1.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.</b>					
<b>1.2 Normas programáticas.</b>					
<b>2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</b>					
<b>2.1 Princípios fundamentais.</b>					
<b>2.2 Direitos e garantias fundamentais.</b>					
<b>2.3 Organização político-administrativa do Estado.</b>					
<b>2.3.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.</b>					
<b>2.3.2 Intervenção; administração pública (disposições gerais, dos servidores públicos, dos militares dos Estados e do Distrito Federal).</b>					
<b>2.4 Poder Executivo.</b>					
<b>2.4.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.</b>					
<b>2.5 Poder Legislativo.</b>					
<b>2.5.1 Estrutura.</b>					
<b>2.5.2 Funcionamento e atribuições.</b>					
<b>2.5.3 Processo legislativo.</b>					
<b>2.5.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.</b>					
<b>2.5.5 Comissões parlamentares de inquérito.</b>					
<b>2.6 Poder Judiciário.</b>					
<b>2.6.1 Disposições gerais.</b>					
<b>2.6.2 Órgãos do poder Judiciário.</b>					
<b>2.6.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.</b>					
<b>2.7 Funções essenciais à justiça: Ministério Público e Conselho Nacional do Ministério Público. Constituição: Conceito, classificação, interpretação e aplicação. Poder Constituinte. Controle de constitucionalidade: sistemas e mecanismos; ações do controle concentrado: espécies e efeitos;</b>					

súmula vinculante; repercussão geral. Ordem Social: meio ambiente; família, criança, adolescente, jovem e idoso, educação, índios. Ordem econômica e financeira: princípios gerais da atividade econômica, da política urbana, da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.

--	--	--	--	--

## DIREITO CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro.					
1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.					
1.2 Conflito das leis no tempo.					
1.3 Eficácia das leis no espaço.					
2 Pessoas naturais.					
2.1 Conceito.					
2.2 Início da pessoa natural.					
2.3 Personalidade.					
2.4 Capacidade.					
2.5 Direitos da personalidade.					
2.6 Nome civil.					
2.7 Estado civil.					
2.8 Domicílio.					
2.9 Ausência.					
3 Pessoas jurídicas.					
3.1 Disposições Gerais.					
3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores.					
3.3 Constituição.					
3.4 Extinção.					
3.5 Capacidade e direitos da personalidade.					
3.6 Sociedades de fato.					
3.7 Associações.					
3.8 Sociedades.					
3.9 Fundações.					
3.10 Grupos despersonalizados.					

<b>3.11 Desconsideração da personalidade jurídica.</b>					
<b>3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.</b>					
<b>4 Bens.</b>					
<b>4.1 Diferentes classes.</b>					
<b>4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos.</b>					
<b>4.3 Bens no comércio e fora do comércio.</b>					
<b>5 Fato jurídico.</b>					
<b>6 Negócio jurídico.</b>					
<b>6.1 Disposições gerais.</b>					
<b>6.2 Classificação e interpretação.</b>					
<b>6.3 Elementos.</b>					
<b>6.4 Representação.</b>					
<b>6.5 Condição, termo e encargo.</b>					
<b>6.6 Defeitos do negócio jurídico.</b>					
<b>6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.</b>					
<b>6.8 Simulação.</b>					
<b>7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.</b>					
<b>8 Prescrição e decadência.</b>					
<b>9 Prova do fato jurídico.</b>					
<b>10 Do direito das obrigações: modalidades das obrigações. Transmissão. adimplemento e extinção. Inadimplemento.</b>					
<b>11 Contratos.</b>					
<b>11.1 Princípios.</b>					
<b>11.2 Classificação.</b>					
<b>11.3 Contratos em geral.</b>					
<b>11.4 Disposições gerais.</b>					
<b>11.5 Interpretação.</b>					
<b>11.6 Extinção.</b>					
<b>11.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.</b>					
<b>12 Direitos reais.</b>					
<b>12.1 Espécies.</b>					

<b>13 Do Direito de Família: direito pessoal, casamento, relações de parentesco, da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal; da proteção da pessoa dos filhos; do poder familiar; dos Alimentos; da Tutela, Curatela, e da Tomada de Decisão Apoiada.</b>					
<b>14 Do direito das Sucessões: sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha.</b>					
<b>15 Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).</b>					
<b>16 Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).</b>					
<b>17 Lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Código de Defesa do Consumidor);</b>					

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).					
2 Normas processuais civis.					
3 A jurisdição.					
4 A Ação.					
4.1 Conceito, natureza, elementos e características.					
4.2 Condições da ação.					
4.3 Classificação.					
5 Pressupostos processuais.					
6 Preclusão.					
7 Sujeitos do processo.					
7.1 Capacidade processual e postulatória.					
7.2 Deveres das partes e procuradores.					
7.3 Procuradores.					
7.4 Sucessão das partes e dos procuradores.					
7.5 Litisconsórcio.					
8 Intervenção de terceiros.					
9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.					
10 Ministério Público.					
11 Advocacia Pública.					
12 Defensoria Pública.					
13 Atos processuais.					
13.1 Forma dos atos.					
13.2 Tempo e lugar.					
13.3 Prazos.					
13.4 Comunicação dos atos processuais.					

<b>13.5 Nulidades.</b>					
<b>13.6 Distribuição e registro.</b>					
<b>13.7 Valor da causa.</b>					
<b>14 Tutela provisória.</b>					
<b>14.1 Tutela de urgência.</b>					
<b>14.2 Disposições gerais.</b>					
<b>15 Formação, suspensão e extinção do processo.</b>					
<b>16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.</b>					
<b>16.1 Procedimento comum.</b>					
<b>16.2 Disposições Gerais.</b>					
<b>16.3 Petição inicial.</b>					
<b>16.4 Improcedência liminar do pedido.</b>					
<b>16.5 Contestação, reconvenção e revelia.</b>					
<b>16.6 Providências preliminares e de saneamento.</b>					
<b>16.7 Julgamento conforme o estado do processo.</b>					
<b>16.8 Provas.</b>					
<b>16.9 Sentença e coisa julgada.</b>					
<b>16.10 Cumprimento da sentença.</b>					
<b>16.11 Disposições Gerais.</b>					
<b>16.12 Cumprimento.</b>					
<b>16.13 Liquidação.</b>					
<b>17 Processos de execução.</b>					
<b>18 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.</b>					
<b>19 Disposições finais e transitórias.</b>					
<b>20 Mandado de segurança.</b>					
<b>21 Ação popular.</b>					
<b>22 Ação civil pública.</b>					
<b>23 Ação de improbidade administrativa.</b>					
<b>24 Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécie. Das ações de família. Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável. Da interdição. Das disposições comuns à tutela e à curatela. Resolução nº 036/2016 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça,</b>					

alterada pela Resolução nº 040/2017/OECPJ (Disciplina e Regulamenta a instauração e tramitação dos feitos extrajudiciais cíveis nas questões de interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis no âmbito do Ministério Público do Ceará, estabelece o fluxograma desses feitos).

--	--	--	--	--

## DIREITO PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Princípios aplicáveis ao Direito Penal.					
2 Aplicação da lei penal. Do crime. Imputabilidade penal.					
2.1 A lei penal no tempo e no espaço.					
2.2 Tempo e lugar do crime.					
2.3 Interpretação da lei penal.					
2.4 Analogia.					
2.5 Irretroatividade da lei penal.					
2.6 Conflito aparente de normas penais.					
3 Ilícitude.					
4 Culpabilidade.					
5 Concurso de Pessoas. Das medidas de segurança.					
6 Penas.					
6.1 Espécies de penas.					
6.2 Cominação das penas.					
7 Ação penal.					
8 Punibilidade e causas de extinção.					
9 Prescrição.					
10 Crimes contra o patrimônio.					
11 Crimes contra a fé pública.					
12 Crimes contra a Administração Pública.					
13 Crimes contra a dignidade sexual.					
14 Crimes contra a família.					
15 Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (Crimes hediondos). Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (Crimes contra o meio ambiente).					
16 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro).					

<b>17 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.</b>					
<b>18 Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 8.666/1993 e suas alterações).</b>					
<b>19 Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000).</b>					
<b>20 Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (Crimes de tortura).</b>					
<b>21 Crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 e suas alterações.</b>					
<b>22 Lei nº 11.340/2006 e suas alterações.</b>					
<b>23 Lei nº 12.850/2013 e suas alterações.</b>					

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Processo penal brasileiro; processo penal constitucional.					
2 Sistemas e princípios fundamentais.					
3 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.					
3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.					
4 Fase pré-processual.					
4.1 Inquérito policial.					
5 Processo, procedimento e relação jurídica processual.					
5.1 Elementos identificadores da relação processual.					
5.2 Formas do procedimento.					
5.3 Princípios gerais e informadores do processo.					
5.4 Pretensão punitiva.					
5.5 Tipos de processo penal.					
6 Ação penal.					
7 Ação civil Ex Delicto.					
8 Jurisdição e competência.					
9 Questões e processos incidentes.					
10 Prova.					
11 Sujeitos do Processo.					
12 Prisão, medidas cautelares, e liberdade provisória e prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e suas alterações).					
13 Citações e intimações.					
14 Atos processuais e atos judiciais.					
15 Procedimentos.					
15.1 Processo comum; processos especiais; Lei nº 8.038/1990 – normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).					

<b>16 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais).</b>					
<b>17 Prazos.</b>					
<b>17.1 Características, princípios e contagem.</b>					
<b>18 Nulidades.</b>					
<b>19 Recursos em geral.</b>					
<b>20 Habeas corpus e seu processo.</b>					
<b>21 Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal).</b>					
<b>22 Disposições gerais do Código de Processo Penal. Procedimentos previstos na Lei nº 11.343/2006 e suas alterações. Lei nº 11.340/2006 e suas alterações. Lei nº 12.850/2013 e suas alterações. Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. Resolução nº 003/2012 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, alterada pela Resolução nº 052/2019/OECPJ (Disciplina e Regulamenta a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal).</b>					